SECÇÃO IV

Conselho fiscal

ARTIGO 25.º

Composição

O conselho fiscal é composto por um presidente, um vice-presidente, um secretário e dois vogais.

ARTIGO 26.º

Competências

1 — Compete ao conselho fiscal:

- a) Fiscalizar a actuação da administração;
- b) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a regularidade da escrita, livros e documentos e a situação de tesouraria da Associação;
- c) Elaborar anualmente um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de contas apresentado pela direcção e submetê-los a aprovação da assembleia geral;
- d) Emitir os pareceres que lhe forem solicitados pela direcção;
- e) Exercer todas as competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos ou regulamentos.

2 — O presidente do conselho fiscal poderá tomar parte, por direito próprio, nas reuniões da direcção, sem direito a voto.

CAPÍTULO V

Do regime disciplinar

ARTIGO 27.º

Infracções e penas aplicáveis

As infracções cometidas por qualquer associado contra o disposto nos presentes estatutos, regulamentos ou quaisquer outras normas aprovadas pela Associação, ou ainda o não cumprimento injustificado das decisões dos órgãos sociais são punidos da seguinte forma, consoante a sua gravidade:

- a) Advertência por escrito;
- b) Inelegibilidade no processo eleitoral imediato;
- c) Suspensão até um ano;
- d) Expulsão.

ARTIGO 28.º

Aplicação das penas

1 — A aplicação das penas é da competência da direcção.

2 — Na aplicação das penas deve atender-se aos antecedentes disciplinares do infractor, ao grau de culpabilidade, às consequências da infracção e a todas as demais atenuantes.

3 — A pena de expulsão carece de aprovação de pelo menos dois terços dos membros da direcção e ter lugar no caso de associados que tenham praticado actos contrários aos objectivos da Associação, designadamente aqueles que possam afectar gravemente o seu prestígio e bom nome.

ARTIGO 29.º

Garantias de defesa

1 — Assistem aos associados todas as garantias de defesa, designadamente o direito de, antes da aplicação de qualquer penalização, apresentar, por escrito, a sua defesa.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, deverá o infractor ser notificado, pessoalmente ou por carta registada, para apresentar a sua defesa no prazo de 30 dias úteis.

3 — Da notificação deverão constar os factos que lhe são imputados, assim como a pena em que incorrem.

4 — Uma vez apreciada a resposta do infractor ou decorrido o prazo referido no n.º 2, é proferida a decisão.

5 — Da aplicação das penas previstas das alíneas c) e d) do artigo 27.º cabe recurso para a assembleia geral

CAPÍTULO VI

Do regime financeiro

ARTIGO 30.º

Exercício anual

O exercício anual corresponde ao ano civil.

ARTIGO 31.º

Receitas

Constituem receitas da Associação:

- a) O produto das jóias, quotização mensais e outras participações a pagar pelos associados;
- b) O produto das assinaturas ou da venda de publicações editadas pela Associação;
- c) O produto da publicidade porventura inserta nas publicações editadas;
- d) Os resultados da realização de colóquios ou outras iniciativas do género;
- e) O rendimento de bens que lhe estejam afectos;
- f) Os juros de dinheiros depositados;
- g) As contrapartidas dos serviços que prestem;
- h) Quaisquer outras que legalmente lhe possam ser atribuídas ou que venham a ser criadas ou cobradas como resultado de outras actividades.

CAPÍTULO VII

Disposições transitórias e finais

ARTIGO 32.º

Comissão instaladora

1 — Até à eleição dos órgãos da Associação será formada uma comissão instaladora, integrada pelos associados fundadores daquela.

2 — São associados fundadores aqueles que vão outorgar por escritura pública o acto de constituição da Associação.

3 — A comissão instaladora compete praticar todos os actos necessários à constituição e gestão da Associação.

4 — As primeiras eleições para os órgãos sociais terão lugar obrigatoriamente no prazo máximo de um ano após o acto de constituição referido no n.º 2.

ARTIGO 33.º

Extinção, dissolução ou fusão e liquidação de bens

1 — A extinção ou dissolução da Associação, bem como a sua fusão com outra congénere, será resolvida em assembleia geral, a qual deliberará sobre o destino dos bens.

2 — A deliberação que decida a extinção, dissolução e liquidação de bens é tomada por maioria qualificada de três quartos dos associados efectivos.

ARTIGO 34.º

Omissões

1 — Para a resolução de qualquer omissão nos presentes estatutos atender-se-á, em primeiro lugar, ao disposto nos artigos 157.º a 184.º do Código Civil e, em seguida, à deliberação que para o efeito seja tomada pela direcção.

2 — Das deliberações tomadas pela direcção nos termos da parte final do número anterior cabe recurso para a assembleia geral.

ARTIGO 35.º

Litígio

Para resolução de qualquer litígio é competente o Tribunal da Comarca de Alcobaça.

Conforme o original.

10 de Julho de 2006. — (Assinatura ilegível.) 3000211364

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA DE SÁ**Estatutos**

CAPÍTULO I

ARTIGO 1.º

Denominação, sede, âmbito e objectivo

1.1 — Os presentes estatutos regulam a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Sá (adiante designada como Associação) em Arcozelo, Vila Nova de Gaia.

1.2 — A Associação durará por tempo indeterminado, tendo sede na Escola EB1 e JI de Sá, no Largo de Sá, na freguesia de Arcozelo, concelho de Vila Nova de Gaia, sendo uma associação voluntária, sem fins lucrativos.

1.3 — A Associação exercerá a sua actividade independentemente de qualquer ideologia política ou credo religioso.

1.4 — A Associação tem como objectivo o exercício do direito de pais e encarregados de educação de participarem na educação, promoção e integração escolar e comunitária dos seus filhos e educandos, bem como a participação nos órgãos de gestão da Escola tal como está definido na lei.

ARTIGO 2.º

Atribuições

2.1 — Prevenir e solucionar, sempre que possível, quaisquer situações lesivas dos interesses físicos, morais ou outros dos alunos.

2.2 — Colaborar dentro das suas possibilidades com a Escola sempre que para tal seja solicitada ou o julgue necessário, na procura de soluções para problemas existentes e no fomento de acções preventivas.

2.3 — Contribuir para a formação e desenvolvimento de correntes de opinião que pugnem pela melhoria das condições de ensino, a dignificação das crianças e jovens e a sua inserção na comunidade.

CAPÍTULO II

ARTIGO 3.º

Associados

3.1 — Existem duas categorias de sócios: sócios efectivos e sócios amigos.

3.2 — Sócios amigos:

a) Os pais e encarregados de educação que, embora deixando de ter filhos ou educandos na Escola, desejam continuarem ligados à Associação;

b) Outras pessoas que a assembleia geral venha a considerar dignas de tal situação, por se terem evidenciado por actos de efectivo apoio à Associação.

3.3 — Sócios efectivos:

3.3.1 — Admissão — são admitidos como sócios efectivos todos os pais e encarregados de educação de alunos que frequentam a Escola e que se inscrevam na Associação em cada ano lectivo.

3.3.2 — Demissão — perde a qualidade de associado efectivo por proposta de direcção sancionada pela assembleia geral e ainda:

a) A pedido do próprio, por escrito;

b) Por falta de pagamento da quota;

c) Por violação destes estatutos;

d) Por deixar de ter filhos ou educandos no estabelecimento de ensino, com excepção de membros de órgãos de gestão, que deverão manter esta qualidade até à tomada de posse de novos órgãos.

3.3.3 — Direitos dos sócios efectivos:

a) Elegerem e serem eleitos para os órgãos da Associação;

b) Participarem nas assembleias gerais;

c) Serem mantidos ao corrente das actividades da Associação.

3.3.4 — Deveres dos associados efectivos:

a) Pagarem as quotas que voluntariamente fixarem no princípio de cada ano lectivo, observando para tal as determinações sobre a matéria, definidas em assembleia geral;

b) Cooperarem nas actividades da Associação, contribuindo para a concretização do seu objectivo;

c) Exercerem com zelo e diligência os cargos para que forem eleitos.

§ único. Os amigos da Associação terão o direito de ser informados dos factos mais relevantes da vida da Escola e da Associação, de desenvolver actividades de apoio a uma ou outra e de participar, com o estatuto de observadores, nas reuniões da assembleia geral.

CAPÍTULO III

ARTIGO 4.º

Órgãos sociais

4.1 — São órgãos da Associação: a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

4.2 — Nenhum cargo é remunerado.

4.3 — Os órgãos sociais são eleitos pelo período de um ano em assembleia geral.

ARTIGO 5.º

Constituição dos órgãos sociais

5.1 — A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário. O vice-presidente substitui o presidente na sua ausência ou impedimentos.

5.2 — A direcção é composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário e um vogal. O presidente será substituído pelo vice-presidente, em caso de falta ou impedimento.

5.3 — O conselho fiscal é constituído por um presidente e dois vogais.

ARTIGO 6.º

Atribuição dos órgãos sociais

6.1 — Assembleia geral

6.1.1 — A assembleia geral é o órgão soberano da Associação e é constituída por todos os associados.

6.1.2 — Só terão direito a voto os associados com a quota anual paga e que não se encontrem suspensos.

6.1.3 — A assembleia geral ordinária deverá realizar-se até 30 dias após o início do ano lectivo na Escola e tem como objectivos:

6.1.3.1 — Apreciar, discutir e aprovar o relatório e contas anuais;

6.1.3.2 — Deliberar sobre as directrizes gerais ou actuação da Associação;

6.1.3.3 — Eleger os membros dos órgãos sociais;

6.1.3.4 — Fixar o nível da quota mínima;

6.1.3.5 — Apreciar a situação da Associação.

6.2 — Compete à direcção:

6.2.1 — Dar cumprimento às decisões da assembleia geral;

6.2.2 — Constituir, dinamizar e coordenar grupos de trabalho que concorram para a concretização dos objectivos da Associação;

6.2.3 — Gerir os bens da Associação e aplicá-los de acordo com os seus objectivos;

6.2.4 — Desenvolver actividades que se enquadrem nos objectivos da Associação.

6.2.5 — Elaborar um relatório de actividades e contas anual e apresentá-lo na assembleia geral ordinária, bem como o orçamento e programa de acção para o ano seguinte;

6.2.6 — Manter um livro de actas das reuniões;

6.2.7 — Representar a Associação em todos os contactos com os órgãos de gestão da Escola ou quaisquer outras entidades, públicas ou privadas, e, em nome da Associação, defender os seus interesses;

6.2.8 — Fundamentar e propor à assembleia geral a perda de qualidade de associado;

6.2.9 — Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da Associação;

6.2.10 — Na primeira reunião, a direcção fixará a periodicidade das suas reuniões ordinárias. As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo presidente, por sua iniciativa ou a pedido de alguns dos seus membros. A direcção poderá decidir desde que estejam presentes a maioria dos seus membros. As decisões serão tomadas por maioria simples, tendo o presidente ou quem o substitua voto de desempate. Os membros da direcção serão solidariamente responsáveis pela concretização das decisões colegiais e pelo regular exercício das actividades da Associação;

6.2.11 — A assembleia só poderá funcionar desde que estejam presentes 50 % dos seus membros efectivos; meia hora depois da hora marcada na convocatória, dar-se-á início aos trabalhos com qualquer quórum;

6.2.12 — As deliberações serão tomadas por maioria absoluta de voto dos associados presentes;

6.2.13 — As deliberações sobre alterações dos estatutos exigirão o voto favorável de três quartos dos associados presentes e na ordem de trabalhos devem constar em ponto prévio;

6.2.14 — Na reunião ordinária da assembleia geral poderão participar, sem direito a voto, pais e encarregados de educação de alunos da Escola, não associados;

6.2.15 — A assembleia geral extraordinária terá lugar sempre que for convocada pelo presidente da mesa, a pedido da direcção, do conselho fiscal ou por um mínimo de 20 associados, com indicação prévia da ordem de trabalhos. No último caso indicado, deverão estar presentes pelo menos metade dos requerentes mais um;

6.2.16 — A assembleia geral será convocada através de cartaz afixado na Escola e por meio de aviso expedido para cada um dos associados, através dos seus educandos e sempre que possível com reforço postal, com a antecedência mínima de oito dias. Da convocatória deverá constar obrigatoriamente a data, a hora, o local e a ordem de trabalhos;

6.2.17 — Às assembleias gerais poderão assistir e usar da palavra, sem direito a voto, professores e funcionários da Escola, salvo deliberação em contrário.

6.3 — Compete ao conselho fiscal:

- 6.3.1 — Fiscalizar a administração financeira da Associação;
 6.3.2 — Dar parecer sobre o relatório e contas elaborado anualmente pela direcção;
 6.3.4 — Pedir a convocação extraordinária da assembleia geral, quando o julgar necessário;
 6.3.5 — Verificar a conformidade estatutária das despesas efectuadas e pronunciar-se sobre propostas da alienação dos bens da Associação.

CAPÍTULO IV

ARTIGO 7.º

Das eleições

7.1 — A eleição dos corpos sociais é feita por escrutínio secreto, em assembleia geral para esse efeito.

7.2 — As candidaturas para os órgãos sociais constarão de listas completas, a apresentar ao presidente da mesa da assembleia geral, o mais tardar até ao início do ponto da ordem de trabalhos da assembleia geral referida.

7.3 — As listas conterão os nomes dos candidatos apresentados e a designação dos respectivos cargos.

7.4 — As listas poderão ser apresentadas por qualquer associado, desde que subscriptas por um mínimo de 20 eleitores, em que se incluem obrigatoriamente os membros da lista.

7.5 — A elegibilidade dos membros constantes das listas será verificada pelo presidente da mesa da assembleia geral.

7.6 — A direcção cessante deverá apresentar uma lista candidata aos órgãos da Associação.

7.7 — Qualquer grupo de 11 candidatos poderá igualmente apresentar uma lista.

7.8 — Qualquer membro da Associação pode ser eleito uma ou mais vezes.

CAPÍTULO V

ARTIGO 8.º

Regime financeiro

8.1 — As receitas ordinárias da Associação são constituídas pelas quotas anuais cobradas aos associados, cujo valor mínimo será fixado em assembleia geral e deverá ser liquidado até ao dia 31 de Dezembro de cada ano.

8.2 — As receitas extraordinárias serão provenientes de quaisquer donativos, subsídios, legados ou de iniciativas promovidas pela Associação.

8.3 — Os valores em dinheiro serão depositados em estabelecimento bancário, sendo a sua movimentação da competência da direcção.

CAPÍTULO VI

ARTIGO 9.º

Disposições gerais

9.1 — Quando quaisquer dos órgãos sociais deixarem de funcionar antes do termo do mandato, adoptar-se-ão os seguintes procedimentos:

9.1.1 — No caso da direcção, as suas atribuições serão asseguradas pela mesa da assembleia geral, que, no prazo de 30 dias a partir da constatação e conhecimento do facto, deverá convocar eleições antecipadas para todos os órgãos;

9.1.2 — No caso do conselho fiscal, as suas atribuições serão asseguradas pela mesa da assembleia geral, que, no prazo de 30 dias, convocará eleições para o mesmo;

9.1.3 — No caso da mesa da assembleia geral, a direcção convocará, com a antecedência mínima de oito dias, uma assembleia de associados que, verificado o não funcionamento desse órgão, elegerá uma comissão eleitoral, composta por um número não inferior a cinco membros. No prazo de 30 dias, a comissão eleitoral promoverá a realização de eleições para todos os órgãos sociais.

9.2 — A Associação obriga-se pela assinatura de dois dos membros da direcção, sendo um deles o presidente.

9.3 — Em caso de dissolução da Associação, os bens existentes reverterão para a Escola ou qualquer instituição de solidariedade social existente na freguesia de Arcozelo, por decisão da assembleia geral.

9.4 — Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação em vigor.

Conforme o original.

10 de Julho de 2006. — (Assinatura ilegível.) 3000211365

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA E. B. 1/JI DE SÃO JOÃO DAS LAMPAS

Alteração de estatutos

A alínea f) do n.º 4 do artigo 9.º dos estatutos passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 9.º

4 — São atribuições da assembleia geral:

- a) Eleger os membros dos órgãos sociais da Associação;
 b) Analisar e aprovar o relatório e as contas anuais;
 c) Deliberar sobre a actividade da Associação;
 d) Caso seja necessário, deliberar sobre a perda de qualidade de associado referida na alínea b) do artigo 7.º;
 e) Apreciar e votar as propostas de alteração dos estatutos;
 f) Deliberar sobre a dissolução ou prorrogação da pessoa colectiva com o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.

Conforme o original.

10 de Julho de 2006. — (Assinatura ilegível.) 3000211366

APEDRO — ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA D. PEDRO I

Alteração aos estatutos

O artigo 16.º dos estatutos, publicados no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 85, de 3 de Maio de 2006, passa a ter a redacção seguinte:

ARTIGO 16.º

A convocatória para a assembleia geral será feita com a antecedência mínima de oito dias por aviso postal enviado a todos os associados, indicando a data, a hora, o local e a ordem de trabalhos.

Conforme o original.

10 de Julho de 2006. — (Assinatura ilegível.) 3000211367